

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS  
EDITAL Nº 3B/2019 COPERPS UFPA  
PROCESSO SELETIVO ESPECIAL - PSE 2020-1 (QUILOMBOLAS)

FICHA DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO



**INSCRIÇÃO:** 578059

**NOME:** LUCIA RODRIGUES BRANDAO

**RG:** 3315972

**DEFERIDO** (Preencher completamente um dos campos abaixo; não marcar com x):

Sim ☒

Não ☐

Observações

Avaliador 1

Avaliador 2

Belém, 26 de Setembro de 2019.

VOLTAR



**ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTE DE  
QUILOMBO DAS ILHAS DE ABAETETUBA**  
CNPJ: 04.712.322/0001-14

**DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO**

Nos abaixo assinados liderança da associação quilombola acima; identificada localizado na zona rural de Abaetetuba Estado do Pará, CEP 68.440-000. Declaramos para os

devidos fins de direito que -o (a)  
estudante LUCIA RODRIGUES BRANDAO RG  
3375972 e CPF 888.733402-10 nascido (a) em 10/08/1982 É  
QUILOMBOLA, e reside na comunidade quilombola de  
MEDIO ITACAWA onde mantém laços familiares e atua  
contribuindo como \_\_\_\_\_ na

referida comunidade.

Estamos cientes de que, em caso de falsidade ideológica, ficaremos sujeitos (a) as  
sanções prescritas no penal e as demais cominações legais aplicáveis.

Abaetetuba 02 de Agosto de 2019

Edilson da Conceição Correa Cardoso da Costa

Liderança - Coordenador geral

RG: 1760043 CPF: 141.890.202-06

Endereço: Comunidade Quitam bota de Arapapuzinho

Edilson da Conceição C. C. da Costa  
CPF: 141.890.202-06

Esmelino Caripuna Ferreira

Coordenador de Esporte e Cultura

RG: 1031386 CPF: 639.405.582-49

Endereço: Comunidade Quilombola de Ipanema

20/08/2019

Benedito Batista Lobato

Liderança-Secretario.

RG: 4930279 CPF: 090.165.462-00

Endereço Comunidade Quilombola do Baixo Itacurua

CNPJ: 04.712.322/0001-14  
ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE  
QUILOMBO DAS ILHAS DE ABAETETUBA - ARQUIA  
R. S. Lourenço, 275 - S. Lourenço  
CEP: 68.440-000 - Abaetetuba-PA

Decreto lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - falsidade ideológica - Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.